

# CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

## Olinda Patrimônio da Humanidade

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CARNAVAL DO MUNICÍPIO DE OLINDA REALIZADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2017, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

---

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia nove de maio de dois mil e dezessete, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública sobre a Prestação de Contas do Carnaval do município de Olinda. O Presidente Jorge Federal convidou para compor a Mesa as seguintes autoridades: Maria das Graças Barbosa Moraes Fonseca (vereadora), Vlademir Labanca Barata de Moraes (vereador e Presidente da comissão de Cultura e Patrimônio Histórico e Turismo), Janaína Cardoso Acioli (secretária da Fazenda e da Administração), Gilberto Sobral (secretário de Patrimônio e Cultura) e João Luiz da Silva Junior (secretário de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Tecnologia). O Presidente concedeu a palavra à vereadora Graça Fonseca, autora do pedido desta audiência, para que ela apresentasse os motivos pelos quais ela requereu esta audiência.

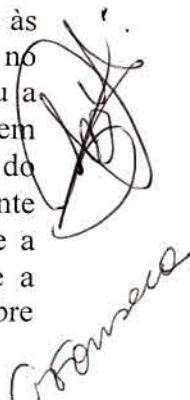
A fala inicial da vereadora autora dessa audiência foi transcrita abaixo. **VEREADORA GRAÇA FONSECA:** *“Bom dia a todos os presentes nesta audiência pública. Eu não vou me alongar, até porque acho que o tempo maior deve ser dado à Administração, para que exponha a sua prestação de contas. Mas o motivo de a ter convocado está na Lei 5.927/2015, que alterou a Lei Municipal 5.306/2001, em seu art. 50 diz o seguinte: ‘O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, em até 30 dias úteis do término do período carnavalesco, relatório geral contendo, dentre outras informações, as receitas e as despesas, inclusive no caso destas últimas, as que estejam pendentes ainda de pagamento’. Essa prestação veio para cá, mas ao ver desta casa legislativa ela veio incompleta, uma vez que foi praticamente um relatório que continha somente as verbas que foram alocadas pela Prefeitura durante o carnaval. Não estava expresso a questão das despesas, o que foi pago, o que ficou para ser pago. Então, essa casa considerando o relatório incompleto, o senhor Presidente devolveu o relatório para que outro fosse enviado contendo as informações necessárias. Além disso, a própria Lei do Carnaval estabelece a realização de uma audiência pública para que essa prestação seja efetivada, uma questão de se ater aos princípios da transparência e da publicidade e que deve nortear toda Administração Pública. Tenho questionamentos a fazer, senhor Presidente, mas vão depender do que for exposto aqui pelas secretarias que vão apresentar o relatório do carnaval. Muito obrigada.”* Foi registrada a presença de Flávio Urquiza, secretário executivo de Cultura; Fred Nóbrega, diretor de Cultura; Lenildo Leonidas, secretário executivo de Patrimônio; Rodrigo Silva, coordenador de eventos da SEPAC; Maxwell Vasconcelos, assessoria jurídica da SEPAC; Luciano Ramos Brasileiro, secretário executivo da Fazenda; vereadores Márcio Barbosa, Denise Almeida, Neto da Beira Rio, Edmilson Fernandes, Severino Barbosa Biaí, Mizael Prestanista, Irmão Biá, João Pé no Chão, Ricardo Sousa, Saulo Holanda, Vlademir Labanca, Algério e Jesuíno Araújo. O Presidente concedeu a palavra a Gilberto Sobral, secretário de Patrimônio e Cultura, para que ele respondesse aos questionamentos referentes à prestação de contas. O secretário saudou a todos os presentes. Fez a leitura de um texto enviado pela Sodeca ao Ministério da Cultura, no qual a Sodeca pede que o carnaval de Olinda seja declarado patrimônio imaterial do Brasil. Em seguida, explicou que o relatório foi revisto, retificado o que havia de equívocos e anexadas as planilhas, conforme foi pedido. Disse que o período para organizar o carnaval foi muito curto e citou que houve a saída do secretário de Educação da época no dia 9 de fevereiro, faltando 24 dias para o carnaval. Falou que fizeram um dos melhores carnavais que Olinda já teve. Procurou-se, nesse curto espaço de tempo, beneficiar a maior quantidade de agremiações e de manifestações de cultura popular possível dentro do orçamento, e para isso a Prefeitura não poupou esforços nas contratações de artistas, blocos, agremiações, passistas, bonecos, maracatus. Disse que foram nove palcos oficiais mais a abertura do carnaval, que esse ano seguiu a determinação da valorização de quem faz a festa,

Gomes

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

Então a grande estrela do carnaval foram as agremiações. Houve a participação do Galo da Madrugada, de Alceu Valença e de todos os segmentos de agremiações carnavalescas. Falou que buscaram atender todos os pedidos possíveis de serem atendidos, independentemente da bandeira política. Disse que a Prefeitura conseguiu arrecadar de recursos de patrocinadores públicos e privados, arrecadação tributária e a arrecadação de taxas referentes a barracas de ambulantes, num total de R\$ 7.475.066,62 (63% a mais em relação ao ano passado). De despesas, no total, foram R\$ 8.490.956,86 o que significa que de Receita Própria a Prefeitura estará gastando R\$ 1.015.890,24. Afirmou que está presente no relatório o detalhamento das despesas e dos credores conforme pede a lei, bem como das contratações e subvenções (para 42 agremiações). Fez a leitura do relatório, detalhando item por item. Destacou que todas as despesas do carnaval estão incluídas no relatório, lembrando que nos anos anteriores elas não vinham nele. Disse que o governo, após finalizar todos os pagamentos, enviará todas as contas do carnaval para a Controladoria do Executivo, órgão independente formado por auditores concursados, para que faça a verificação das contas, a fim de que se comprove a lisura e a economicidade das contas do período carnavalesco. **O secretário também falou que em julho se iniciará a discussão do Carnaval 2018, para que em agosto o projeto já esteja pronto.** O Presidente convocou a secretária da Fazenda, Doutora Janaína, para que ela pudesse expor a questão financeira da arrecadação, do que foi efetivamente pago e o que está ainda em débito com os fornecedores ou com as pessoas que prestaram serviços. Destacou o princípio da transparência como um princípio basilar do serviço público. Lembrou sobre a indisponibilidade dos recursos públicos e sobre necessidade da conformação com os dispositivos legais, principalmente com a Lei de Licitações 8.666/93, destacando que foi feita apenas uma dispensa de licitação, em caráter emergencial, em um total de despesas em torno de oito milhões de reais. Salientou que todos os recursos do carnaval já estão disponíveis em conta. Projetou uma meta para 2018, que é a de arrecadar 100% da despesa do carnaval. O Presidente convocou o secretário de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Tecnologia, João Luiz. O secretário cumprimentou todos os presentes. Destacou a relevância do carnaval de Olinda, como um dos grandes cartões de visita da cidade, a nível nacional. Parabenizou o pessoal da Sodeca pela iniciativa de provocar o Ministério Público para transformar o carnaval num patrimônio imaterial. Citou uma pesquisa que informou que, nos quatro dias de carnaval, receberam dois milhões e trezentos mil visitantes, ocorrendo uma movimentação financeira, constatada em pesquisa, de aproximadamente cento e vinte milhões de reais. Garantiu que a movimentação financeira ocorrida é de fato muito maior do que aquela auferida nas pesquisas. Destacou o relevante trabalho de conscientização de reciclagem do material descartado na cidade. Pediu para que o Presidente da casa agendasse uma audiência pública para que fosse apresentado o receptivo turístico oficial, a agência de desenvolvimento econômico da cidade e algumas outras soluções para que o turismo seja alavancado e que Olinda vire referência de um turismo de destino, e não de passagem. Afirmou que o turismo da cidade é a grande saída para que os problemas de emprego e geração de renda fossem resolvidos. Elogiou o trabalho feito dentro Câmara, caracterizando-a como sendo ativa, independente e participativa. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Algério. O vereador confessou o pouco envolvimento com tem o carnaval, devido às suas atividades religiosas. Mostrou preocupação quando comparou os altos investimentos feitos no período carnavalesco e a falta de pagamento ao Hospital Tricentenário. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca. O vereador citou a grande cobrança que a população faz em relação a essa prestação de contas. Destacou a importância e o respeito que se deve dar à Lei do Carnaval. Colocou-se à disposição de todos para prestar quaisquer informações. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Jesuíno Araújo. O vereador falou sobre a responsabilidade que a Câmara tem de fiscalizar e acompanhar o que vem acontecendo na gestão. Disse que existe a possibilidade de o carnaval de Olinda dar lucro futuramente. Respondeu aos questionamentos sobre



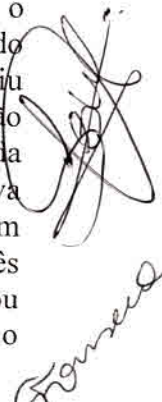
Fonseca

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

as contratações do período carnavalesco. Questionou qual o critério utilizado pela Prefeitura sobre as subvenções dadas às agremiações. O Presidente concedeu a palavra ao vereador Ricardo Sousa. O vereador parabenizou a todos os envolvidos na organização do carnaval. Questionou de que forma foram feitas as fiscalizações das orquestras e dos blocos carnavalescos. Sugeriu um tempo maior para os artistas da cidade de Olinda, como uma forma de valorização do trabalho deles. Planejou baixar valores de diversas despesas para o carnaval do próximo ano. Imaginou como os recursos utilizados no carnaval poderiam ser utilizados na área da saúde, por exemplo, na construção de UPA's e reformas de postos de saúde. O Presidente registrou a presença dos ex-veredores Marcelo Santa Cruz e João Dindo. Em seguida, o Presidente convocou a autora do pedido desta audiência pública, a vereadora Graça Fonseca. A fala da vereadora autora dessa audiência foi transcrita abaixo.

**VEREADORA GRACA FONSECA:** *“Antes de fazer alguns questionamentos, eu quero dizer da minha alegria de ver, pela primeira vez, essa reciprocidade entre o Legislativo e o Executivo. Não só veio a Secretaria de Patrimônio, mas também a da Fazenda, a de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Estão aqui também os secretários executivos e servidores da nova Administração. Eu quero parabenizar, eu acho que nós estamos hoje inaugurando uma nova era do relacionamento do Executivo e do Legislativo. Também dizer que eu tenho a sensibilidade, Gilberto, de saber que você teve muitíssimo pouco tempo para fazer o grandioso carnaval que nossa cidade teve. Quero parabenizar a nova gestão, eu estive aqui conversando com o secretário de Turismo e ele me disse que neste carnaval a Prefeitura só desembolsou dos seus cofres um milhão de reais, enquanto que no carnaval passado foram desembolsados três milhões de reais. A gente vê que realmente alguma coisa mudou para melhor. Tenho alguns questionamentos em relação à prestação de contas e em relação ao cumprimento da Lei do Carnaval. A primeira pergunta: a verba do Ministério da Cultura, no valor de duzentos e quarenta mil reais, já foi repassada para os cofres da Prefeitura? Segunda pergunta: já está formada a comissão permanente do carnaval, como exige a lei que foi tão debatida aqui em 2015? Terceira pergunta: foi efetivado o controle para o não pagamento daquelas orquestras que foram contratadas para tocar nas agremiações e não compareceram no dia designado? Quarta pergunta: durante o carnaval deste ano, foi arrecada alguma multa por infração em relação ao uso de equipamentos de sonorização? Se houve realmente essa infração e aplicada essa multa, esse valor foi revertido para o Fundo de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda? Essa reversão para o Fundo de Preservação foi colocada na lei que nós aprovamos, alterando a Lei do Carnaval. Sexta pergunta: foi observado o prazo do artigo 8º, que estabelece que as agremiações que optarem por receber subvenção social devem obter um adiantamento de 50% do recurso financeiro até 20 dias antes do carnaval e o restante, até 30 dias após o carnaval. Gostaria de saber se esse prazo foi observado, e se não foi, quais as razões? Porque foi explicitado aqui que o pagamento pós-evento foi efetivado depois de algum tempo com as empresas terceirizadas, mas eu gostaria de saber em relação às agremiações. São esses os questionamentos que eu faço e quero, mais uma vez, deixar aqui as minhas congratulações pela festa maior que nós tivemos aqui neste ano. Muito obrigada.”* O Sr. Neto Celestino foi convidado a falar na Tribuna. Ele questionou o pregão 0017/2017 que versava sobre a permissão de utilização de espaços públicos por empresas do ramo de cervejas e refrigerantes com exclusividade durante a semana pré e os dias de carnaval. Pediu esclarecimentos sobre quais as empresas além da AMBEV participaram deste pregão. Disse não entender o motivo de a empresa ITAIPAVA ter mantido aberto seu depósito de bebidas na Avenida Sigismundo Gonçalves durante todo o carnaval já que a legislação proibia. Além disso, a Itaipava também fez propaganda comercial na cidade de Olinda durante o evento carnavalesco. Disse também estar curioso por saber que Olinda, considerada uma cidade com tradição em carnaval, captou três vezes menos que São Paulo e seis vezes menos que Salvador em valores de patrocinadores. Afirmou que a Prefeitura teve que gastar mais de um milhão de reais dos cofres públicos para realizar o



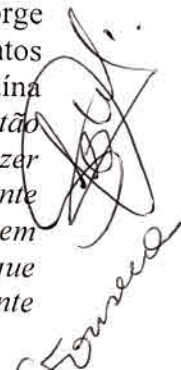
Fonseca

# CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

## Olinda Patrimônio da Humanidade

4

evento. Pediu mais transparência por parte do Poder Público. O Presidente Jorge Federal convidou o Sr. João Dindo a discursar na Tribuna. João agradeceu a iniciativa da vereadora Graça Fonseca por propor a realização da audiência pública. Indagou sobre a publicação no Diário Oficial no mês de março sobre uma inexigibilidade de licitação para a contratação de shows de artistas de data retroativa dos dias vinte e três e vinte e quatro de fevereiro. Afirmou que o Prefeito descumpriu a lei do carnaval 5927/2015 e deixou os vereadores sem exercer seus poderes de fiscalização a partir do momento em que apresentou dados incompletos e conflitantes. Pediu uma lista mostrando quais foram as agremiações contempladas com as orquestras, o endereço dos locais em que ocorreram as apresentações e quais os horários. Discordou do secretário com relação ao pouco tempo para a preparação do carnaval. Afirmou que o Prefeito havia montado uma comissão para trabalhar na preparação do carnaval desde outubro de 2016. Aconselhou os vereadores a se debruçarem no relatório e fazerem suas contestações a respeito da prestação de contas do carnaval e pedirem respostas sobre as questões levantadas ao Prefeito Lupércio. O Presidente convidou o Sr. Sérgio Barata para falar na Tribuna. Começou falando que como cidadão estava fiscalizando e cobrando onde estavam sendo gastos os recursos públicos. Mostrou um trecho do Diário Oficial que tratava de um processo licitatório 073/2017 contratando artistas, com um total de sessenta e três mil e quinhentos reais. Esse processo era só um exemplo, pois tinham vários processos licitatórios iguais. Reclamou da dificuldade em confirmar os valores que a Prefeitura diz ter pago aos artistas. Fez um questionamento a respeito da empresa que representa os artistas pedindo os contratos e certidões de regularidade perante o INSS e fundo de garantia, cópia do registro da SRTE dos artistas e das empresas. Perguntou por que a gestão contratou pessoas que não apresentaram toda a documentação exigida no ato de firmar o contrato. Reclamou do gasto de mais de um milhão de reais que a prefeitura usou para cobrir as despesas com o carnaval ao invés de investir na maternidade Brites de Albuquerque que está fechada há anos. Jorge Federal convidou o Sr. Stenberg Lima a realizar seus comentários. Ele perguntou diretamente ao secretário Gilberto Sobral sobre a empresa MC Produções culturais que foi contratada pelo valor de um milhão cento e noventa e oito mil reais. Questionou o porquê de no Diário Oficial não constar qual serviço seria realizado por ela durante o carnaval. Pediu encarecidamente a todos os vereadores da Câmara de Olinda que todos os dias lessem o Diário Oficial do Município e questionassem qualquer contrato ou ato de nomeação duvidoso por Parte da Prefeitura. Concluiu sua fala sugerindo que o relatório apresentado pela gestão com erros grotescos teria sido feito daquela forma para que a Prefeitura ganhasse tempo para corrigir as divergências encontradas pelos vereadores e cidadãos. Para encerrar a lista de oradores, o Presidente convidou o Sr. Paulo para falar na Tribuna. Ele falou sobre seu cachê como artista. Disse que construiu sua carreira ao logo de trinta anos de muito trabalho na cidade de Olinda. Disse que na atualidade faz apresentações em todo o país. Avaliou que ao longo de toda sua carreira nunca houve nenhum questionamento sobre irregularidades em seus contratos de apresentações. Retrucou que não teria como comparar o orçamento da cidade de São Paulo com a cidade de Olinda, pois os valores e a realidade de cada município eram extremamente diferentes. O Presidente Jorge Federal registrou a presença de Izabel Urquiza e do Sr. Eduardo Porto. Terminada a lista de oradores, o vereador Jorge Federal abriu a oportunidade para que os secretários da Prefeitura respondessem os questionamentos feitos anteriormente pelos vereadores e cidadãos. Segue a transcrição da fala da secretária Janaína Cardoso. *"Vou tentar ser breve porque acho que Gilberto consegue detalhar melhor. Na questão específica do Tricentenário, como é despesa de saúde ela é paga pelo SUS. O hospital tem que fazer a prestação de contas. A gente faz um convênio com o SUS e ele faz esse aporte do valor que a gente vai gastar. A gente faz um projeto do carnaval e o SUS repassa. A gente só recebeu o relatório ontem da Secretaria de Saúde. De antemão, temos até sexta-feira para estar pagando sem falta. O que acontece é que algumas vezes os enfermeiros ou médicos não têm esse conhecimento. Então a gente*



Fonseca

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

*está aguardando da Secretaria de Saúde e também do Tricentenário, que aí é questão da burocracia do serviço público, e esse relatório não tinha chegado para a gente. Ontem chegou. Então até sexta-feira a gente paga, sem falta. Tem alguns casos, eu não falei que a gente não iria pagar, que a pessoa está com a certidão vencida. Eu disse que talvez a gente não tivesse pago ainda por que acontecem dois momentos, o momento que contratamos e o segundo é o momento que a gente vai pagar. Então temos que checar novamente essas certidões. Estamos analisando essas questões para liberar. Eu não disse que não iríamos pagar. Falarei sobre questões de ordem técnica e depois Gilberto detalha. A questão da adesão da ata de registro de preço não é dispensa de licitação. A adesão à ata está prevista no artigo quinze, inciso dois da lei número 8666 e decorre de uma licitação. O Decreto daqui de Olinda foi reformado depois que chegou. A gente inclusive pede que qualquer adesão no município seja feita com receita compatível com a nossa. Pedimos esse ano uma coisa inédita, que cada artista apresentasse três recibos ou contratos de show para que a gente pagasse dentro do cachê de mercado. Para não acontecer o mesmo que ocorreu em Caruaru de um artista que cobrava trezentos e cinquenta mil reais e cobrou setecentos mil para se apresentar em Caruaru. De fato tem ocorrido erros de publicação, porque como foi dito aqui passamos de trinta inexigibilidades para quase trezentas. Muitas dessas complicações são decorrentes da nossa auditoria interna. Estamos revisando todos os processos do carnaval. Então realmente a gente está republicando. **A questão de publicação a gente tenta de fato fazer o mais resumido possível já que a publicação é paga. A gente não publica de graça lá no Diário Oficial. O processo está lá disponível.** Quem quiser ir lá olhar, tirar cópia, isso é facultado a qualquer cidadão. Quanto a questão dos recursos de captação, concordo plenamente que Olinda capta muito mal. Repetimos o modelo do ano passado. Realmente tinha a comissão do carnaval desde o ano passado, mas o Prefeito só passou a ter competência a partir da posse. Antes disso ele não tinha competência para assinar e fazer licitação. Então, a questão administrativa da licitação só ocorreu a partir de janeiro. Por isso, se optou por repetir o modelo passado, pois não havia tempo para a gente estruturar um novo modelo. O que está em nossa pauta é a mudança da forma de captação em Olinda. Quando a gente faz um pregão ela é publicada na imprensa. Se a Itaipava não veio, a gente não telefona para saber o porquê. A empresa toma conhecimento não só nas mídias como também é convocada para aparecer. Se vocês analisarem o relatório teve a PITÚ que também patrocinou a festa com cem mil reais, por isso ela teve direito a participar do carnaval. Outra questão é que uma empresa muitas vezes representa vários artistas. Isso é uma praxe de mercado. Eles trazem um contrato de exclusividade com a empresa e a gente contrata através dessas empresas. Com relação às subvenções a gente não fez o edital como deve ser feito. Isso é um projeto para o próximo ano. A solução mais uma vez foi repetir as subvenções que vinham sendo pagas anteriormente. Não inventamos coisa nova e nem aumentamos a lista. Todos os artistas e agremiações receberam os cinquenta por cento antes do carnaval. O restante do pagamento depende da prestação de contas de cada agremiação. À medida que forem prestando contas nós iremos pagando." O próximo secretário a responder os questionamentos foi Gilberto Sobral. "Em relação ao questionamento sobre a comissão do carnaval, feita pelo vereador Vlademir Labanca e a vereadora Graça Fonseca, nós não tivemos tempo de criar essa comissão e abrir o debate com a sociedade. Essa comissão será criada para o carnaval do ano que vem. Até o mês de julho essa comissão estará criada. Estamos esperando a eleição do Conselho Municipal de Políticas Culturais para que em seguida a gente comece a formar a comissão do carnaval. Com relação à fiscalização das orquestras e dos blocos, a Prefeitura montou uma equipe para realizar essa fiscalização. Porém, não há condição de fiscalizar tudo pela quantidade de ordens de serviços e contratos realizados. Por isso que temos a questão da prestação de contas. Isso não quer dizer que toda orquestra receberá o valor integral. A liberação dos pagamentos só é feita após a prestação de contas. Em relação à contratação da terceirizada*



*Fonseca*

## CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

### Olinda Patrimônio da Humanidade

'MC', quero contestar a pergunta que foi feita anteriormente. Não houve prejuízos aos cofres públicos, até porque o processo licitatório que existia era única e exclusivamente para produção de palco. Quatrocentos e oitenta e quatro mil para a produção de palco. Existia um outro processo de duzentos e noventa mil para contratação de segurança patrimonial. A empresa 'MC' prestou para a Prefeitura todos os serviços terceirizados a exceção da saúde, ou seja, serviços médicos. Fora isso, todos os serviços foram disponibilizados por essa empresa. Então, o valor total não é correspondente àqueles serviços que foram anulados. Se os senhores observarem o relatório, verão que o serviço de produção de palco, tivemos uma economia de mais de duzentos mil reais do que seria gasto com esse serviço. Investimos pesado no frevo. Há vários anos que elas não tinham reajuste. Cada orquestra de frevo custou dois mil reais aos cofres públicos. O tempo legal é diferente do tempo que se leva para levantar as atrações da festa. Com relação à denúncia de funcionamento do depósito de bebidas da Itaipava, a Secretaria de Controle Urbano agiu na repressão desse tipo de ilegalidade. A única situação em que a fiscalização não pode agir é quando o estabelecimento já era legalizado. Ai eles podem vender qualquer tipo de bebida e qualquer marca. Queria deixar registrado que houve um equívoco na digitação das subvenções de algumas agremiações, repetindo o nome e o valor. Isso dá uma diferença de quinze mil reais no valor pago de subvenções. Já pedi a nossa equipe técnica para corrigir esses valores e ainda hoje a gente mande essa correção aqui para a Câmara. Tudo o que for pedido pelo cidadão ou pelo vereador ao Poder Executivo será atendido sem nenhum problema. Toda a documentação do carnaval está à disposição." O vereador Márcio Barbosa discursou e disse acreditar na competência e profissionalismo de todos que trabalhavam nas secretarias da Prefeitura de Olinda e disse também que o povo está fiscalizando todas as contas e gastos da gestão. Por fim, agradeceu ao secretário Gilberto Sobral pelo excelente carnaval de 2017. João Luis foi o último secretário a responder às perguntas feitas pelos oradores. Afirmou que houve uma redução de três milhões para um milhão no gasto da Prefeitura com o carnaval. Disse que Olinda teve uma arrecadação proporcionalmente maior do que a Cidade de São Paulo. Disse que o próximo carnaval será melhor e mais organizado. Por fim, parabenizou a participação de todos os vereadores e da população que compareceu na audiência pública. Jorge Federal falou a seguir. **"Queria colocar para o Plenário um prazo para a secretaria mandar por definitivo o relatório contábil completo. Como teve cerca de um milhão de reais gastos pelos cofres públicos, seria importante indicar qual o tipo de pagamento e quais os credores. Vou indicar um prazo e os senhores vereadores concordando, colocamos em votação ou então de forma simples mesmo. Um prazo de trinta dias é bom. É o mesmo prazo que a lei dá."** A secretária Janaína falou em seguida. **"Ontem eu já havia acertado esse prazo com o Prefeito Lupércio e fixamos um prazo de trinta dias para fechar o relatório das despesas do carnaval. Então, é uma meta também da Prefeitura. A gente aqui assume essa meta."** O Presidente indicou um prazo de trinta dias para que a Prefeitura produzisse e enviasse um relatório final contábil do balanço do carnaval de 2017. Jorge Federal agradeceu a presença de todos e encerrou a audiência pública. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pela Presidente e pelo Secretário.

Presidente – Jorge Federal

Graça Fonseca  
Secretária – Graça Fonseca